



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## **ESTUDOS PRELIMINARES - PRE/SGPRE/ASSEGIN**

### **AQUISIÇÃO DE BENS**

#### **1. DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

**SEI: 0017840-61.2025.6.05.8000**

**Unidade Demandante: ASSEGIN**

**Item do PLANCONT: AQUISIÇÃO DE COFRES**

#### **2. OBJETO**

**2.1. Natureza do objeto:** Aquisição de cofres com compartimentos internos para as dependências do TRE/BA, conforme os modelos a serem especificados no Termo de Referência.

#### **2.2. Descrição sucinta do objeto:**

Cofres com compartimento interno do tipo armário para as dependências do TRE/BA. O cofre deverá ter dimensões externas com no mínimo 110 cm de altura, 45 cm de largura e 45 cm de profundidade, pesando 80 Kg ou mais, estando no peso ideal para não comprometer as estruturas do tribunal, além de possuir fechadura eletrônica e bloqueio automático, divisão desejável de compartimentos internos de 8 a 10 gavetas.

#### **3. JUSTIFICATIVA**

A futura aquisição dos cofres do tipo armário justifica-se pela necessidade do acautelamento seguro de armas e munições dos Agentes de Polícia Judicial e dos demais agentes públicos, com porte de arma, que forem adentrar ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia pela recepção principal do Prédio Sede.

Em conformidade com a Portaria TRE-BA Nº 346, de 20 de maio de 2025, Art. 4º, item VI, que estabelece a proibição do acesso de pessoas portando arma de qualquer natureza e/ou qualquer outro objeto elencado na lista de itens proibidos citados na portaria, sendo de competência da Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (ASSEGIN) autorizar o acesso e a permanência de pessoas ou agentes públicos, portando arma de fogo nas dependências do TRE-BA, respeitando o inciso IX do art. 14 da Resolução CNJ nº 435, de 28 de outubro de 2021.

Ainda conforme o parágrafo 1º do inciso VI , do artigo 4º da Portaria TRE nº346/2025, “*Os agentes públicos que comparecerem armados ao TRE-BA deverão acautelar sua arma de fogo em local restrito disponibilizado pela ASSEGIN, onde serão colocadas em cofre ou compartimento seguro e chaveado.*”

Diante desse cenário, a aquisição proposta é fundamental para assegurar o armazenamento seguro desses armamentos, prevenindo possíveis incidentes que possam afetar a segurança geral do Tribunal, bem como para o cumprimento da legislação vigente.

Essa contratação vai utilizar sobra orçamentária.

#### **4. HISTÓRICO**

( x ) Não há histórico de contratações do mesmo objeto.

( ) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores:

ESTUDOS PRELIMINARES Cofres Ajustado 11/11/2025 (3596194)

SEI 0017840-61.2025.6.05.8000 / pg. 1

## **5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL**

- (x) Prestar serviço de qualidade ao público  
(x) Fortalecer a relação institucional com a sociedade  
( ) Fomentar a educação para a cidadania  
( ) Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional  
( ) Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais  
( ) Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa  
( ) Melhorar a comunicação administrativa  
( ) Promover a sustentabilidade ambiental  
( ) Aprimorar a gestão de pessoas  
( ) Promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC  
( ) Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira  
(x) Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA

## **6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**

A demanda prevista é de três unidades de cofres com compartimento interno do tipo armário para as dependências do TRE/BA. O cofre deverá ter dimensões externas com no mínimo 110 cm de altura, 45 cm de largura e 45 cm de profundidade, com aproximadamente 08 gavetas (podendo até 10, desde que a largura e profundidade não sejam menores que a indicada; a altura pode ser maior), pesando 80 Kg ou mais. Dos 03 (três) cofres solicitados para a aquisição, 02 (dois) cofres serão utilizados para o acautelamento de armas e munições de cada um dos Agentes da Polícia Judicial e ficarão alojados na sala da Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (ASSEGIN) e 01 (um) cofre ficará na recepção do principal do Prédio Sede para o acautelamento de armas e munições dos visitantes.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
1	<b>Cofre Armário com no mínimo 110cm x 45cm x 45cm, 8 a 10 Gavetas Eletrônico</b>	3

## **7. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO**

### **7.1. A aquisição envolve algum serviço acessório?**

(x) Não

( ) Sim

Indicar qual:

### **7.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?**

( x) Não

( ) Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) a justificativa se enquadra:

- ( ) Pelas características do bem, há necessidade de contratações frequentes.
- ( ) É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.
- ( ) É conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo
- ( ) Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

### **7.3. Há Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para o mesmo objeto?**

- ( x) Não com as especificações de divisões de compartimentos na quantidade desejada
- ( ) Sim

Informe o nº da ARP e o termo final, e o nº do SEI da Ata:

### **7.4. Verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços (IRP) divulgada ou de ARP vigente de outro órgão federal e, em sendo permita a participação ou adesão, se seria tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Tribunal?**

- ( x) Não
- ( ) Sim

Informe o nº da IRP ou da ARP, e o órgão de origem, devendo anexar ao processo cópia do edital, do termo de referência e da Ata:

### **7.5. Além da garantia legal, será exigida garantia adicional?**

- ( ) Não. Será exigida somente a garantia legal (prevista nos arts. 24 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, a qual independe de termo expresso).
- ( ) Sim.

Indicar qual:

- ( x ) Garantia de fábrica, cuja vigência começa a partir da data do recebimento definitivo do bem, com o prazo e condições impostas pelo fabricante, normalmente estabelecida no "termo de garantia" que já vem com o produto. É complementar à legal.
- ( ) Garantia contratual, decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada por meio da celebração de contrato.

Justificar a necessidade de garantia contratual:

### **7.6. Haverá indicação de marca e/ou modelo?**

- ( ) Não
- ( x ) Sim

Se sim, indique em qual (is) hipótese(s) do art. 41 da Lei nº 14.1333/2021 a necessidade se enquadra:

- ( ) Em decorrência da necessidade de padronização do objeto.
- ( ) Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.
- ( ) Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do Tribunal.
- ( x ) Quando a descrição do objeto a ser contratado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servirem apenas como referência.

Justificar: atualmente o TRE-BA dispõe de 13 agentes da polícia judicial (podendo ser nomeado mais 01 APJ em razão de aposentadoria recente), 01 policial civil e 01 Assessor de Segurança e Inteligência, todos com porte de arma; o espaço da Unidade de Segurança não é muito grande e o ideal é que o armamento dos servidores elencados que atuam na Unidade sejam guardados em compartimentos seguros individuais, quando não estão em uso.

## **7.7. Será necessário apresentar prova ou amostra?**

- (x) Não  
( ) Sim. Será necessário apresentar prova.  
( ) Sim. Será necessário apresentar amostra.

Justificar a exigência de amostra:

## **7.8. Será necessário apresentar laudo ou certificação?**

A licitante convocada deverá entregar juntamente com a(s) proposta(s), os Relatórios de Ensaio de Laboratório (LAUDO) acreditado(s) pelo INMETRO, se for o caso, com base nas seguintes normas:

- a) **NBR 7008/2012** ou versões posteriores: Chapas e bobinas de aço revestidas com zinco ou com liga zinco-ferro pelo processo contínuo de imersão a quente
- b) **NBR 8094/1983** ou versões posteriores: Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina - Método de ensaio
- c) **NBR 8095/2015** ou versões posteriores: Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada - Método de ensaio
- d) **NBR 8096/1983** ou versões posteriores: Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição ao dióxido de enxofre - Método de ensaio
- e) **NBR 5841/2015** ou versões posteriores: Determinação do grau de empolamento de superfícies pintadas
- f) **NBR ISO 4628-3/2015** ou versões posteriores: Tintas e vernizes — Avaliação da degradação de revestimento — Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência Parte 3: Avaliação do grau de enferrujamento

Há outros meios aptos à comprovação do cumprimento dos requisitos das normas técnicas que não seja a certificação, uma vez que o fornecedor não está obrigado a ser certificado?

- ( ) Sim  
(x) Não

A exigência visa à aquisição de produtos que atendam às normas técnicas mínimas que garantam a qualidade, durabilidade, resistência, segurança, funcionalidade, sustentabilidade ambiental, a justificar suposta restrição?

- (x) Sim  
( ) Não

A exigência de certificação afastará um quantitativo considerável de licitantes conforme a realidade do mercado?

- ( ) Sim  
(x) Não

Justificar a exigência:

A exigência dos laudos, é medida indispensável para assegurar que os cofres a serem adquiridos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia atendam aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho e conformidade técnica, conforme estabelecido pela legislação e normas vigentes.

A obrigatoriedade está amparada nas seguintes razões:

1. Atendimento à Regulamentação Nacional

O INMETRO não apresenta uma portaria que estabeleça a certificação compulsória no Brasil. Cabe a empresa utilizar a certificação voluntária.

2. Segurança de Pessoas e do Patrimônio

Armas e suas munições são equipamentos de segurança de uso crítico, cuja falha pode resultar em riscos severos à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio público. Dessa forma a sua guarda deve ser feita em compartimentos seguros, submetidos a testes rigorosos de resistência e durabilidade.

3. Conformidade com Normas Técnicas da ABNT

Os laudos garantem que os produtos atendem integralmente às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como a NBR 7008/2012, NBR ISO 4628-3/2015, entre outras aplicáveis.

#### 4. Garantia da Qualidade e Rastreabilidade

Os laudos técnicos garantem a rastreabilidade dos equipamentos, permitindo verificar a origem, o lote de fabricação, os testes realizados e a conformidade com os parâmetros de segurança.

#### 5. Boas Práticas em Contratações Públicas

A exigência de certificação está alinhada aos princípios da eficiência, segurança, racionalidade dos gastos públicos e ao interesse público, uma vez que impede a aquisição de equipamentos de qualidade duvidosa ou sem garantia de desempenho.

Portanto, a exigência dos laudos NBR não representa mera formalidade, mas é uma condição técnica essencial para garantir a segurança das instalações, das pessoas e a integridade jurídica e administrativa do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

### 7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?

( x ) Não

( ) Sim

Indicar a legislação:

### 7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para fornecimento do objeto?

( x ) Não

( ) Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.

Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

### 7.11. Será exigida comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto?

( x ) Não

( ) Sim. Será exigida comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado.

Justificar:

### 7.12. Na especificação do objeto levou-se em consideração algum critério ou prática sustentável?

( x ) Há previsão de critério ou prática sustentável.

Descrever os critérios adotados:

Os materiais a serem fornecidos deverão atender aos requisitos do INMETRO e NBRs (ABNT) respectivos.

Nos itens em que não tiver gravada a conformidade com as normas técnicas, poderá ser exigido comprovante específico junto ao fornecedor (relatório de conformidade, manual, cópia de documento de órgão regulador etc.), que será analisado quanto à sua aceitação.

Os produtos devem ser constituídos, ao menos em parte, de material reciclado, atóxico e/ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

Os fabricantes devem observar requisitos ambientais como os adotados para obtenção de certificação do INMETRO, resultando em produtos sustentáveis, de menor impacto ambiental em relação aos seus similares e até devidamente identificados sobre a classificação para fins de reciclagem.

Considera-se produto com identificação adequada para fins de reciclagem aquele que traz em seu corpo o código de reciclagem de polímeros.

Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

( ) Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado ao objeto em questão.

Justificar a não adoção:

### **7.13. Análise da divisibilidade da solução e forma de adjudicação**

(x) É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

( ) Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor.

Justificar o agrupamento em lotes:

### **7.14. Há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada?**

(x) Não

( ) Sim

Listar as providências necessárias:

## **8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO**

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

( ) Sim

(x) Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

( x) Sim

( ) Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

( x) Sim

( ) Não

#### **Conclusão:**

( ) Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

(x) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

## **9. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

( ) A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

( X ) Há outras soluções de mercado que atendem às necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

### **9.1. Descrever aqui as soluções encontradas:**

Solução 1: Aquisição na modalidade licitatória pregão

Solução 2: Aderir a uma ata já existente em outro órgão federal com itens semelhantes, se encontrada

Solução 3 : Dispensa; valor total da aquisição possibilita o enquadramento da contratação como dispensa, em razão do baixo custo (art. 75, II da Lei nº 14.133/2021).

### **9.2. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais alternativas encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:**

Por se tratar de aquisição de equipamentos necessários às atividades de segurança no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a forma mais efetiva para atender a demanda é a aquisição de tais bens por meio de dispensa, visto que não encontramos ARP vigente de outro órgão federal com a descrição semelhante do item proposto e o valor total da aquisição possibilita o enquadramento da contratação como dispensa, em razão do baixo custo (art. 75, II da Lei nº 14.133/2021).

## 10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇO:

Os referidos valores foram estimados baseados em pesquisa nos seguintes sítios eletrônicos:

<https://lojacofresbomaco.com.br/produtos/cofre-armario-110x45x45-8-gavetas-eletronico/?variant=1233837788&pf=mc>

<https://lojaschiermoveis.com.br/produto/armario-porta-celular-42-portas/>

<https://www.qualitycofres.com.br/cofre-esmeralda-40-12-gavetas?>

[srsltid=AfmBOorxhK7gZHTtU894rGGeKVqZdGCwfVTE6ZQtmNT8QTEtUcUAyFjNIO8](#)

<https://www.qualitycofres.com.br/cofre-eletronico-ametista-50-com-gaveta-chave-tetra>

[https://www.mercadolivre.com.br/cofre-diretor-blindado-empresarial-comercio-digital-80-cm/up/MLB5650128306?pdp\\_filters=item\\_id:MLB5650128306](https://www.mercadolivre.com.br/cofre-diretor-blindado-empresarial-comercio-digital-80-cm/up/MLB5650128306?pdp_filters=item_id:MLB5650128306)

<https://schiermoveis.com.br/produto/cofre-com-gaveta-digital/>

1

ITEM		QTD	VALOR UNITÁRIO EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
1	<b>Cofre Armário com no mínimo 110x45x45, 8 a 10 Gavetas Eletrônico</b>	3	<b>2.420,75</b>	<b>7.262,25</b>
<b>TOTAL: 7.262,25</b>				

## 11. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

( ) Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.

( x ) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

( ) Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

( ) Há necessidade celebração de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

## 12. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:**

( x) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

( ) Inviável e desnecessária.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CÉSAR ALVES DA SILVEIRA, Assessor**, em 11/11/2025, às 14:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3596194** e o código CRC **C4F0F7F5**.

---

0017840-61.2025.6.05.8000

3596194v11

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO				
ANEXO I – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO				
UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO) ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL-ASSEGIN				
<b>1- CONTEXTO</b>				
Qual o bem/serviço que se pretende contratar?	Aquisição de cofres para o TRE/BA			
<b>2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO*</b>				
*Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo da contratação. De outra forma, TODO EVENTO que puder prejudicar o EXITO na contratação (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.				
<b>2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS*</b>				
*Eventos de Risco levantados e sugeridos pelo COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desto planilhão: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".				
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Plano Anual de Contratações – PLANCON, contendo cronograma das contratações do exercício	1) Deficiência na identificação da necessidade (demanda da Administração) 2) Deficiência na fixação dos requisitos mínimos da contratação 3) Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis 4) Elaboração de modelo de preços inadequada em face da solução escolhida 5) Deficiência na escolha da solução maisável, técnica e econometricamente, para satisfazer a demanda 6) Elaborar ETP com argumento inadequado ou pareceramento inadequado. 7) ETP usado como meio de negociação entre a Administração e o fornecedor, sem que haja novas soluções de mercado e/ou normativas existentes ou demonstração de que a solução anteriormente escolhida alcançou os resultados esperados e continua sendo a mais viável	Estudo Técnico Preliminar Inatisfatório	1) Inconsistências no termo de referência/projeto básico. 2) Dificuldade de estimar preços 3) Insuficiência de recursos em face do mal dimensionamento do objeto 4) Excesso de diligências durante a tramitação que atrasam a conclusão e a entrega final 5) Contratação de fornecedor com menor capacidade ou menor nível de qualificação ou insuficiente para atendimento da necessidade do Tribunal 6) Sucessivas alterações contratuais para adequação da solução ao resultado do órgão 7) Penalizações decorrentes de retardados desempenho contratuais em razão da inabilidade de execução do objeto	Revisão do ETP Revisão do TR/PB Revisão da minuta do edital Apurar responsabilidade contratual e executar penalizações previstas no contrato Responsabilização do agente Repetição da licitação Realizar nova licitação Celebrar contrato emergencial
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Correta identificação da necessidade (demanda da Administração) Realização de estudo técnico preliminar consistente Utilização dos modelos de ETP	Deficiências na análise da necessidade (demanda da Administração) Deficiência na fixação de requisitos de qualificação Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Inexecução contratual Reclamação do contrato Reiteradas apurações de responsabilidade contratual Apontamentos pelos controles interno e externo	Contratação de remanescente Celebração de contrato emergencial
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
<b>2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO</b>				
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Celeridade no trâmite do presente processo de aquisição de cofres	Deficiência das técnicas a serem empregadas para a efetiva aquisição dos cofres	Desconhecimento do rito processual para a contratação	Devolução de orçamento não executado	Repetição da licitação
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Revisão dos critérios de habilitação .	Exigências excessivas (ex.: qualificação técnica restritiva).	Certame deserto ou fracassado	Reprovação do edital; atraso na aquisição.	Reavaliação da estratégia de contratação e das condições editiciais
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Acompanhamento dos serviços da Contratada.	Falta de competência técnica da empresa contratada	Aquisição de cofres inadequados ao uso	mal acondicionamento das armas, podendo avivar e causar desgaste no equipamento e falta de segurança, de forma a facilitar o acesso de qualquer pessoa ao equipamento de uso controlado	Aplicação de sanções previstas no contrato em caso de não conformidade com o item fornecido/item efetivamente contratado

3 - ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS				
Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 2, informe:				
EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)	PROBABILIDADE*	IMPACTO**	RISCO RESIDUAL: (A SER TRATADO)	AÇÕES
R1-Estudo Técnico Preliminar	5	8	40	Alto - TRATAR
R1-Estudado/feito	5	8	40	MITIGAR
R2 - Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	5	8	40	Alto - TRATAR
R3 - Desconhecimento do rito processual para a contratação	5	8	40	MITIGAR
R4-Certame deserto ou fracassado	3	8	24	Médio - TRATAR
R5-Aquisição de cofres inadequados ao uso	2	5	10	Médio - TRATAR
R10-			0	(Muito)Baixo - MONITORAR

4 - TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO				
Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 3, informe:				
EVENTO	AÇÕES DE TRATAMENTO (O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu impacto minimizado?)	PRAZOS DAS AÇÕES (Quando serão realizadas as ações?)		COMUNICAÇÃO
R1	Analizar as características dos bens demandados pela Administração em cotejo com normas (ABNT, se houver); regulamentos, leis etc.	Até o final da fase de planejamento		1-Há necessidade de promover ações de outras unidades? 2-Como irá se comunicar com essa unidade? 3-Com qual frequência?
R2	Revisão do TR antes da aprovação e pela ASIUR, após	Até o final da fase de planejamento		
R3	1. Treinamento sobre o planejamento das contratações; 2. Campanha de comunicação interna acerca da disponibilidade de modelos de a	continuo		
R4	Revisão do TR por equipe técnica e jurídica antes da publicação.	Será feita no decorrer do processo		
R5	Fiscalização rigorosa durante a execução para garantir conformidade	Durante o recebimento dos cofres		
R6				
R7				
R8				
R9				
R10				